



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{ma} Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de Estado
Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 2102
Ent. 3408

SUA COMUNICAÇÃO DE
18.07.2019

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015
N.º **1592**

DATA
19 AGO. 2019

ASSUNTO: Resposta à pergunta 2568/XIII/4.^a de 18 de julho de 2019, do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputado Paulo Sá) - Obras no Palácio da Justiça de Loulé para reparação dos estragos provocados pela inundação de fevereiro de 2018.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

HA/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta 2568/XIII/4.ª de 18 de julho de 2019, do Grupo Parlamentar do PCP - Partido Comunista Português (Deputado Paulo Sá) - Obras no Palácio da Justiça de Loulé para reparação dos estragos provocados pela inundação de fevereiro de 2018.

O Senhor Deputado Paulo Sá do PCP questiona, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Ministério da Justiça sobre as obras no Palácio da Justiça de Loulé para reparação dos estragos provocados pela inundação de fevereiro de 2018.

Relativamente às questões colocadas, cumpre-nos informar o seguinte:

O IGFEJ, I.P, executou e concluiu em 2018 uma empreitada relativa à substituição da cobertura do edifício que acolhe o Palácio da Justiça de Loulé. Foram ainda realizados os trabalhos, não previstos, para a reparação dos danos causados pelo temporal.

Para além da execução destes trabalhos mais urgentes, informa-se que o IGFEJ, I.P. já lançou e consignou no passado dia 15 de julho uma nova empreitada que prevê, nos espaços das secretarias judiciais, a substituição dos pavimentos, a reparação dos tetos, a pintura de paredes, a reparação da instalação elétrica, e ainda a pintura e a reparação das fachadas. A empreitada tem um prazo de execução de 6 meses e o valor de 201.043,50 €.

Encontra-se a decorrer um outro procedimento, que contempla diversos palácios da justiça, e que visa a remodelação das celas. A obra será executada em 2020.

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, 19 de agosto de 2019